

A SECRETARIA DA AGRICULTURA CLASSIFICARÁ O CAFÉ PARA FINANCIAMENTO PELO I. B. C.

Presidida pelo dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira, realizou-se, à 24 de maio p.p., na Secretaria da Agricultura, importante reunião de interessados nos problemas da comercialização do café que deve se ater às normas estabelecidas no novo regulamento de embarques baixado pelo Instituto Brasileiro do Café. Participaram da reunião os drs Paulo Aires Filho, diretor da Carteira de Crédito Geral para a zona de S. Paulo e Paraná do Banco do Brasil; Julio Sousa Avelar, diretor da Carteira de Redescantos e presidente da Comissão do Banco do Brasil encarregada da política do café; Nilo Medina Coeli, gerente da Agência de S. Paulo; Pio da Silva, gerente da Agência de Catanduva, e Germano Lira, assistente do diretor da Carteira de Redescantos, todos daquele estabelecimento nacional de crédito; José Cassiano Gomes dos Reis, diretor do Instituto Brasileiro do Café; Luiz Fortunato Moreira Ferreira, gerente da Superintendência dos Serviços do Café e representante do Secretário da Fazenda; José Maria Teixeira Feraç, chefe do Escritório do IBC em São Paulo e, ainda, representantes da Sociedade Rural Brasileira, da Federação das Associações Rurais do Estado de S. Paulo e da Associação Paulista dos Cafeicultores; das empresas ferroviárias que atuam no Estado; diretores e técnicos em café da Secretaria da Agricultura.

COMERCIALIZAÇÃO

Após os trabalhos, o Sr. Secretário da Agricultura, dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira frisou que, pela primeira vez, conta a cafeicultura com um plano de comercialização dentro da linha de pensamento sempre definida por S. Paulo. «Por isso, afirmou, passamos de críticos a colaboradores. A valorização dos cafés finos sempre constituiu uma preocupação da cafeicultura paulista. Nessas condições, não poderia a Secretaria da Agricultura deixar de estar presente ao assunto para oferecer a sua colaboração. O plano aprovado pelo governo federal tem o seu êxito condicionado à execução do programa. Na medida das nossas possibilidades, embora reconhecendo dificuldades naturais a um plano arrojado e pioneiro, daremos toda a nossa colaboração para que essa nova política, que julgamos justa, seja coroada de êxito. Assim também temos certeza de que ocorrerá com todos os organismos federais, principalmente o Banco do Brasil que terá de estabelecer as condições financeiras indispensáveis ao êxito das últimas decisões do IBC.

FINANCIAMENTOS

Posto, então, em debates o Plano Cafeeiro, o dr. José Cassiano Gomes dos Reis, diretor do Instituto Brasileiro do Café, adiantou que o mecanismo imaginado pelo governo federal prevê, como primeira etapa, o financiamento do café, no Interior, a lote corrido. Para obtenção dos financiamentos suplementares é que surgiam os problemas que deveriam ser equacionados de maneira a dar-lhes uma solução condizente com o espírito que norteou a fixação da nova política. Salientou a necessidade de entrosamento entre o IBC, o Banco do Brasil e a Secretaria da Agricultura, desta na parte referente à classificação do produto.

O dr. Julio Sousa Avelar, salientou que o Regulamento de Embarques que vem de ser adotado, difere fundamentalmente de tudo quanto tem sido feito até agora: acima da quantidade, situa-se hoje a qualidade. Por isso, teve-se em mente que tanto a lavoura, como o co-



Flagrante da importante reunião efetuada na Secretaria da Agricultura.

mercio e o governo desejam que o financiamento seja feito de acordo com a qualidade da mercadoria. Assim, surgiu para o Banco do Brasil o problema da classificação do café para efeito de financiamento. Imaginou-se: como fazer a classificação, quem deveria fazer e onde deveria ser feita. Ali estavam os representantes do Banco do Brasil exatamente para chegar, com os demais interessados no problema, à solução ideal.

TRANSPORTES

Equacionado o problema — classificação para efeito de financiamento — passou-se ao seu debate. Nesta altura foram chamados a opinar os representantes das estradas de ferro. O assunto provocou troca de idéias, durante a qual se focalizaram vários aspectos do problema e, dada a divergência de opiniões, o Secretário da Agricultura sugeriu que os representantes das empresas ferroviárias realizassem, naquele mesmo instante, uma reunião à parte para apresentação de um esquema de trabalho. Indagava-se: a tiragem de amostras, para classificação, deveria ser feita pelos próprios ferroviários, mediante uma taxa a ser estabelecida, por elemento do IBC: por uma organização diferente?

Os representantes das ferrovias deixando a reunião realizaram entendimentos, findo os quais anunciaram de pronto os delegados da Sorocabana, da Mogiana e da Araraquarense, que essas empresas realizariam o trabalho. O representante da Estrada de Ferro Paulista formulou objeções ditas, segundo afirmou, com o propósito de um perfeito encaminhamento do assunto. A ele dirigiu apelo o dr. Julio Sousa Avelar no sentido de que não falte à execução do Plano a colaboração da Paulista.

Por sugestão do dr. José Cassiano Gomes dos Reis, os representantes das ferrovias deverão reunir-se novamente

para oferecer seu plano de trabalho ao Instituto Brasileiro de Café.

A CLASSIFICAÇÃO

Referindo-se à parte afeta à Secretaria da Agricultura — classificação do café — o dr. José Bonifácio Coutinho Nogueira salientou que o Plano implicava em grande responsabilidade. Muito embora forçoso fosse reconhecer que os serviços do Estado não poderiam de um momento para outro apresentar-se integralmente aparelhados para a realização do mister, não tinha dúvidas em afirmar que seria realizado o máximo de esforço no sentido de não criar embaraços à execução de um esquema que, atenda aos interesses da cafeicultura. «Por isso, não podemos temer essa responsabilidade», no início da safra a classificação poderá ser demorada, até que a máquina administrativa seja ajustada, mas os lavradores e suas associações terão por certo compreensão para com tais dificuldades, principalmente porque estamos assumindo voluntariamente uma responsabilidade que não é nossa.

Chamado a opinar, o sr. Luis Fairbanks Barbosa, chefe da Seção de Café da Secretaria da Agricultura, analisou o trabalho dos Postos de Classificação — em número de 48 — e sugeriu de pronto as providências que julgava oportunas para sua eficiente atuação visando um trabalho de classificação dentro do que se pretende.

«O importante, frisou então o dr. José Bonifácio, é que seja dada execução a um plano que «corresponda aos princípios que temos defendidos».

Após a ampla troca de idéias, ficou resolvido que nova reunião será efetuada tão logo as ferrovias apresentem seu esquema de trabalho relativamente à tiragem de amostras para classificação.